

# NO PARAGUAI, A MEMÓRIA VIVA DA “LONGA E ESCURA NOITE DE 35 ANOS”

Daniela Alarcon e Bruno Mandelli  
Jornalistas

Reprodução: Daniela Alarcón

Imagem marcante de crianças em protesto contra Stroessner é parte do acervo do Museu das Memórias



*Assunção, 2004: a Fundação Celestina Pérez de Almada e a Mesa Memória Histórica e Arquivos da Repressão, ao lado de outras organizações, transformam um dos principais centros de repressão política mantidos pela ditadura de Stroessner, a sede da DNAT, em Museo de las Memorias. “As letras mortas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os tratados internacionais de repente recobram vida, com o funcionamento do Museu das Memórias e a abertura simultânea de cinco museus no interior do país”, diz o ex-presos político Martín Almada*

“**D**epois me levaram à *Técnica*, em Assunção, e aí sim começou a tortura. O famoso [Antonio] Campos Alum me chamou (...) e então me dei conta de que tinha me dado mal. Ele me mostrou a banheira e as agulhas para descargas elétricas: ‘Isto é o que lhe espera, seu Félix.’” Militante das Ligas Agrárias paraguaias, Juan Félix Martínez foi uma das vítimas a passar pela Diretoria Nacional de Assuntos Técnicos (DNAT), conhecida como *La Técnica*, centro de repressão da ditadura de Alfredo Stroessner. Hoje, o relato de Martínez sobre as sevícias sofridas, bem como outros depoimentos de vítimas, podem ser lidos no Relatório Final da Comissão de Verdade e Justiça, documento oficial do Estado paraguaio. O antigo endereço da Técnica, por sua vez, abriga o Museu das Memórias. Ambas as iniciativas são frutos da mobilização de vítimas e familiares em torno do direito à memória e à reparação das violações aos direitos humanos.

“A memória é um espaço de luta política”, assevera Martín Almada, figura destacada no movimento das vítimas e familiares, e autor do contundente relato *Paraguay: La cárcel olvidada, el país exiliado*. No Estado vizinho, os avanços foram significativamente maiores que no Brasil: ali, o Arquivo do Terror tornou-se público há quase vinte anos, os trabalhos da Comissão de Verdade e Justiça fortaleceram o debate, e as violações aos direitos humanos são, inclusive, tema de uma disci-

plina obrigatória no ensino básico. “Fazemos votos de que a disposição manifestada pela presidenta do Brasil em relação à abertura dos arquivos militares brasileiros tenha resultado, o que permitiria às vítimas do terrorismo de Estado e a seus familiares superar o pesadelo e as recordações envenenadas”, diz Almada. “A sociedade brasileira tem que ser oxigenada, educando a partir da memória, para construir o futuro”.

Acusado de ser um “terrorista intelectual”, Almada foi preso em 1974. Retornara havia pouco da Argentina — onde acabara de defender sua “subversiva” tese de doutorado, *Paraguay: Educación y Dependencia* — e atuava como advogado e educador popular, além de militar no Movimento Popular Colorado (Mopoco), dissidência do partido governista. Só seria libertado três anos depois, após percorrer diferentes locais de detenção e enfrentar intensas torturas (vide *Revista Adusp* 45, 2009). Sua mulher, Celestina Pérez de Almada, foi repetidamente forçada pelos repressores a ouvir, por telefone, as sessões de tortura impostas a ele; em decorrência da violência psicológica, sofreu um ataque car-

díaco e morreu sem receber qualquer assistência.

“Nosso afã de conhecer a verdade e exigir justiça nos levou a descobrir três toneladas de documentos da Operação Condor, pacto criminoso entre os governos da Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai na década de 70”, lembra Almada. Valendo-se da possibilidade aberta pela Constituição Federal de 1992, ele solicitou um *habeas data*, desencadeando a operação que, em 22 de dezembro daquele ano, localizou o chamado Arquivo do Terror. Em uma delegacia de Lambaré, município próximo a Assunção, encerravam-se pilhas de documentos, provas irrefutáveis dos crimes do regime. Porém, apenas encontrá-los não seria o suficiente para avançar no processo de recuperação da me-



Fachada do Museu, no antigo prédio da DNAT

## O ARQUIVO DO TERROR E A "OPERAÇÃO CONDOR"



Passeata contra a ditadura



Impressionante prisão de um opositor do regime

mória. Era preciso difundi-los.

Em 2004, em conjunto com outras organizações, a Fundação Celestina Pérez de Almada, presidida por Martín Almada, e a Mesa Memória Histórica e Arquivos da Repressão transformaram o edifício da *Técnica* no Museu das Memórias. “As letras mortas da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os tratados internacionais de repente recobram vida, com o funcionamento do Museu das Memórias e a abertura simultânea de cinco museus no interior do país”, diz Almada. “Cada passo dado para permitir a abertura e funcionamento dos museus implicou em superar as pretensões dos nostálgicos da ditadura de apagar a memória”.

Na casa da rua Chile, a repressão e a resistência levada a cabo por milhares de homens e mulheres são lembradas por meio de painéis, fotografias, escritos, objetos pessoais, mobiliário e outras peças. Também se denuncia o culto à personalidade do ditador Stroessner, evidenciado pela onipresença de efígies: são moedas, chaveiros, bustos, fotografias retocadas e até uma tapeçaria reproduzindo um retrato de corpo inteiro. Há ainda uma compilação das “frases memoráveis de um grande

mandatário”, junto a mensagens e discursos gravados em vinil.

Um amplo mapa do Paraguai aparece salpicado de pontos negros e vermelhos, demonstrando a extensão territorial do aparato repressivo; na mesma sala, uma maquete reproduz os contornos da penitenciária de Emboscada, com informações sobre o cotidiano dos presos políticos. Além disso, um extenso acervo documenta a articulação das ditaduras do Cone Sul.

Criada em 1956, sob instruções do tenente-coronel Robert Thierry, enviado pelo Departamento de Estado dos EUA com a missão expressa

de auxiliar o Ministério do Interior na criação de um “escritório anticomunista”, a DNAT tornou-se um dos principais braços repressivos da ditadura paraguaia. Seus agentes constituíam uma polícia política com jurisdição em todo o território nacional, responsável pela manutenção de uma rede de delatores, pelo fomento a grupos paramilitares de apoio ao regime e pela articulação das ações das Forças Armadas e das delegacias de polícia na perseguição a opositores.

A incorporação do *know-how* estadunidense significou uma reformulação nos métodos de inteligência do regime paraguaio. Antigas práticas de tortura, em especial os tradicionais espancamentos, foram substituídas por técnicas “científicas” — afogamentos, choques elétricos e a administração de drogas como o pentotal, o chamado “soro da verdade” — acompanhadas de avaliações médicas dos danos causados aos torturados. Embora boa parte das atividades dos agentes da DNAT fosse realizada em outros centros de repressão, estima-se que 2% dos presos políticos paraguaios tenham passado pelo pequeno prédio-sede, onde permaneceram longos períodos: a média de detenção era de 655

*Criada em 1956, sob instruções do tenente-coronel Robert Thierry, enviado pelos EUA com a missão expressa de auxiliar o Ministério do Interior na criação de um “escritório anticomunista”, a DNAT tornou-se um dos principais braços repressivos da ditadura*



Policiais armados barram manifestantes



Repressão a manifestação popular

dias. Nos testemunhos recolhidos pela Comissão de Verdade e Justiça, não são poucas as menções às torturas lá ocorridas. No museu, três ou quatro vitrines reúnem alguns dos instrumentos empregados nos interrogatórios. Nos fundos, foram preservadas duas pequenas celas: é como se pudéssemos ouvir o som da música executada no volume máximo durante as sessões de tortura, para encobrir os gritos.

“O Museu das Memórias funciona justamente em um dos centros de tortura mais tenebrosos mantidos pela ditadura”, observa o economista Ladislao Piñeiro Bareiro, ex-presos político. Quando estudante, Piñeiro foi detido seguidas vezes, por curtos períodos; sua última prisão, porém, efetuada em 1965, resultou em cinco anos de cárcere, seguidos por quase duas décadas de exílio. Para ele, a descoberta do Arquivo do Terror e as iniciativas desencadeadas a partir daí trouxeram à luz testemunhos inquestionáveis da repressão praticada no Cone Sul, evidenciando a responsabilidade da Doutrina de Segurança Nacional dos EUA na criminalização dos trabalhadores latinoamericanos e de suas reivindicações. “O museu cumpre uma missão muito

importante, sobretudo para as novas gerações, que não sofreram aquela longa e escura noite de 35 anos, na qual sofríamos detenções arbitrárias, torturas, desapareições forçadas e exílio, permanente estado de sítio e violações dos direitos humanos”.

Após a queda de Stroessner, em 1989, a DNAT não foi imediatamente desativada. Embora operando com mais discrição, permaneceu ativa, e realizou até mesmo pagamentos sigilosos a informantes, até 1992. Seu comandante seguia o mesmo dos tempos da ditadura: Antonio Campos Alum, citado no início desta reportagem. Só foi fechada após forte pressão parlamentar e a publi-

cação de reportagens denunciando as torturas efetuadas ali. Com o fim da DNAT e a descoberta do Arquivo do Terror, Campos Alum, temendo ser preso, fugiu para o Brasil, onde supostamente permanece até hoje — uma das recomendações da Comissão de Verdade e Justiça é que o governo paraguaio insista junto ao Brasil por sua extradição.

“O museu é da memória, do resgate, é o espaço que nega o esquecimento”, observa o escritor Victorio Suárez. Preso em 1975, só seria libertado em meados de 1977, depois de passar por diversas delegacias que serviam de prisões políticas e também pelo presídio de Emboscada. Desde a queda do regime autoritário, Suárez vem publicando artigos sobre a ditadura e os torturadores; em sua avaliação, o processo de consolidação democrática ainda está em curso, e figuras atuantes na ditadura persistem como “elementos enquistados no poder”. “A memória deve sempre retratar o que fomos e, por que não?, o que pretendemos ser”.

Em 2008, o trabalho da Comissão de Verdade e Justiça — criada pelo Parlamento paraguaio cinco anos antes, atendendo a uma petição pública — culminou na publi-

*O Relatório Final da Comissão da Verdade e Justiça contém descrições dos métodos do terror de Estado, listas de vítimas e detalhes de casos paradigmáticos de prisão, tortura, violência sexual, exílio forçado e execução de opositores do regime*

**Em plena descoberta do Arquivo do Terror, Almada segura provas do controle policial das rádios Caritas e Nanduti**



cação de seu Relatório Final, com o mote Anive haguã oiko [expressão em guarani, algo como “que não volte a ocorrer”]. A Comissão teve por objetivo investigar as violações aos direitos humanos cometidas por agentes estatais e paraestatais entre 1954 e 2003; seu foco principal recaiu sobre os 35 anos de ditadura de Stroessner. O relatório é resultado de uma série de audiências públicas temáticas, mais de duas mil entrevistas e testemunhos, e da consulta aos arquivos da ditadura paraguaia que já vieram a público. Em seus oito tomos, podem ser encontrados dados estatísticos sobre a repressão, descrições dos métodos do terror de Estado, listagem de vítimas e detalhes de alguns casos paradigmáticos das práticas de prisão, tortura, violência sexual, exílio forçado, desaparecimento e execução de opositores e lideranças populares.

Pela primeira vez, pôde-se ter uma imagem mais precisa do alcance da repressão que vitimou a sociedade paraguaia. A Comissão de Verdade e Justiça contou quase 20 mil detenções arbitrárias ou ilegais, mais de 18 mil opositores torturados, mais de três mil exilados, 336 desaparecidos e 59 executados. Durante o regime de Stroessner, um

**Documento cita infiltração policial no Mopoco**

em cada 67 adultos foi torturado. É também notável o número de cidadãos paraguaios que desapareceram enquanto estavam exilados em países vizinhos – 102 na Argentina e sete no Brasil –, em prováveis ações da operação Condor. Mas o relatório foi além: a grilagem de terras incentivada pela ditadura e a distribuição ilegal de terras públicas a latifundiários e apoiadores do regime, que atingiu 28% das terras aráveis do Paraguai, é tema de um dos volumes. Violações contra mulheres, crianças e povos indígenas, mesmo quando não apresentavam motivações explicitamente políticas, também foram abordadas, entendidas como responsabilidade do regime autoritário.

Os trabalhos da Comissão resultaram também em dez denúncias judiciais contra violadores, bem como em uma lista de 177 recomendações ao poder público paraguaio. Entre elas, dar continuidade à busca pelos restos dos desaparecidos políticos, preservar antigos centros de tortura como

3

  
**POLICIA DE LA CAPITAL**  
DEPARTAMENTO DE INVESTIGACIONES  
Asunción - Paraguay

00143F 0784

Asunción,  
12 de noviembre de 1975.

Señar  
Jefe de Policía de la Capital  
Gral. de Div. DON FRANCISCO A. BRITZ  
E. S. D.

Tengo el honor de dirigirme a esa superioridad a fin de elebr el siguiente informe:

1. Conseguimos infiltrar un nuevo elemento dentro de las fiñas del MOPOCO. Trabajará en la zona de POSADAS. Nuestro confidencial se llamará en adelante "SANDRO".
2. "SANDRO" estuvo en POSADAS para una reunión a llevarse a cabo en la casa de MARIA BERTONI, el día 16 de setiembre. La mencionada reunión no pudo llevarse a cabo por encontrarse gravemente enferma la dueña de casa, Sra. MARIA BERTONI.
3. Estuvieron, sin embargo, las siguientes personas que habfan llegado para la reunión: Dr. GOIBURU, los hermanos CENTURION, BEBA BERTONI, un señor LOPEZ y ADOLFO VENIALGO.
4. Este grupo invitó a "SANDRO" y fueron a una parrillada en las afueras de POSADAS. GOIBURU dijo a nuestro confidencial que por el momento no puede darle su dirección por razones de seguridad. Que está viviendo en CORRIENTES y ROSARIO respectivamente. Pidió a nuestro confidencial se informe de qué tranpas se hicieron en las elecciones para que el resultado haya sido tan grande a favor del Gobierno.; pidió además a nuestro confidencial consiga información sobre una Sra. de apellido LEGUIZAMON, que es pasera, y que habría sido tomada y castigada junto con su hijita por la Policía. Además, trató de entrevistar al Dr. MARTIN ALMADA para conocer su real estado de salud. Ellos tienen informes de que MARTIN ALMADA está muy grave.
5. Informaron de que debe tratarse de conseguir la unificación lo antes posible con el equipo de MENDEZ FLEITAS. Que deben hablar de urgencia con MARTIN VENIALGO que es el más accesible. Además, MARTIN VENIALGO ofreció en más de una ocasión su estancia y una quinta para llevar a cabo reuniones y adiestramiento militar. "Ustedes conocen esa quinta, dijo GOIBURU; a 2.000 metros a la redonda nadie se acerca, pues tiene personal muy bien armado yustodiando el lugar". Uno de los presentes dijo: " Por lo visto MARTIN tiene miedo que se le gh ga algo".

Reproduções: Daniela Alarcón

3850

POLICIA DE LA CAPITAL  
C.A. de Investigaciones  
Calle de San Esteban

00017 1317 00143F 1128

**DORA MARTA LANDI** **AGUSTINA DEL DE LANDI**

Hijo de **BERNINIO IGNACIO LANDI** y **Maria Ignacia Fria (Tandil)**

Nacido el 19 de marzo de 1955 en **Corrientes, Argentina**

Profesión: **espleada** Ex. Civ: **soltera**

Lee: **Español** Inyección: **Recto** Talla: **1 m 60** Cas. Grupo: **O**

OBSERVACIONES: **INGRESO Por Pto. Stroessner a fines de enero de 1977**

Cara: **blanco** Cabello: **cast. rubio** Ojos: **azules** Signos: **ninguno**

Forma: **vertical** Codo: **arqueado** Ojo: **salto**

Parpado: **normal** Nariz: **directa** Pecho: **levantado** Boca: **mediana**

Labios: **normal** Mente: **recto** Oreja: **mediana** Labio: **aberrado**

SEÑAS PARTICULARES:

DOMICILIO: **Sarmiento 652 (Tandil) Pcia. So. As. P. N. Moreno 584**

Nombre: **PANINIENES** Domicilio: **Vacuía**

**MARTA LANDI** Hna.

Asunción, 29 marzo de 1977

Pres. Penal No. **1128**

L. D.

AGUIAR	MERCÉ	MIRO	ANJAS	PEROCHI
--------	-------	------	-------	---------

**Ficha da cidadã argentina Marta Landi**

espaços de memória, alterar nomes de ruas e outros locais públicos que homenageiam violadores, e solicitar a outros países que abram seus arquivos relacionados à violação de direitos de cidadãos paraguaios. “Queremos uma paz na América Latina construída sobre a justiça, sobre a razão e o coração”, enfatiza Almada, “não a paz construída sobre a impunidade”.